



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

Este documento foi concebido em cooperação com a Pró-Reitoria de Pós-graduação (PROPG) e Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional (SUPAD) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Devemos especial agradecimentos ao Prof. Dr. Antonio Virgílio Bittencourt Bastos e à Prof.^a Dr.^a Sônia Maria Guedes Gondim. Com isso, o presente documento é fruto do reconhecimento de que o sucesso de um projeto de pós-graduação de excelência depende de uma construção coletiva que integra vários agentes institucionais. Este também é um processo em construção e que deverá ser corrigido e aperfeiçoado.

Lamentavelmente com a pandemia da Covid-19 e a suspensão das atividades presenciais da UFBA, as principais ações pensadas e planejadas para serem implementadas no ano de 2020 não foram realizadas.

I. PROJETO INSTITUCIONAL DE AUTOAVALIAÇÃO

I.1 Apresentação

As demandas por processos de autoavaliação não constituem uma novidade para as instituições de ensino superior brasileiros. Desde a criação do SINAES¹ (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), a autoavaliação é um dos seus pilares mais importantes. A constituição de Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) é uma exigência legal, com representação de docentes, discentes, servidores técnico administrativos e da gestão. A ela cabe coordenar os processos de autoavaliação dos cursos de graduação, processo que se completa com a avaliação externa feita pelo INEP.

Mesmo na Pós-Graduação, desde o antigo sistema COLETA e na atual Plataforma Sucupira, há um espaço aberto para que cada Programa faça uma autoavaliação a cada ano. Tratava-se de um espaço aberto para que cada programa relatasse o processo ou resultados da autoavaliação, sem diretrizes bem definidas sobre o que era esperado.

Por estarem historicamente submetidos a um sistema de avaliação externo, com avaliações periódicas que conferem uma nota e é conduzida por comissão de pares sob a coordenação da CAPES, os programas de pós-graduação, de forma mais ou menos sistemática, sempre tiveram que se autoavaliarem e tomarem medidas para melhoria do seu desempenho. Aqueles que negligenciaram tal processo, certamente enfrentaram dificuldades como queda de avaliação ou até mesma seu descredenciamento. Muitas práticas autoavaliativas certamente são desenvolvidas pela maioria dos programas, quando credenciam ou descredenciam docentes; quando introduzem mudanças curriculares ou mudanças em seus processos seletivos. Tais práticas muitas vezes ganham maior consistência e complexidade quando os programas convidam avaliadores externos para avaliar seus produtos, seus processos ou seus docentes. Tais práticas, no entanto, não se inserem em um projeto estruturado e sistemático de autoavaliação para a maioria dos programas. Por outro lado, o relato de tais práticas até então se inseriam em uma avaliação qualitativa sobre a gestão do programa, no Quesito I da antiga ficha de avaliação, quesito que não tinha um peso para a nota final do programa.

As mudanças no processo de avaliação com a proposta de uma nova ficha de avaliação dos programas pelo CTC/ES em 2019 e 2020 alteraram significativamente essa realidade. Para além de demandar um planejamento estratégico - uma ferramenta de gestão que envolve o estabelecimento de metas de médio e longo prazo consistentes com a missão e visão de futuro e de uma análise do contexto – a nova ficha requer um projeto sistemático de autoavaliação (o Planejamento Estratégico é objeto da segunda parte deste documento). Vale destacar, neste sentido, que o próprio PDI da UFBA prevê mecanismos de acompanhamento e autoavaliação que já estão sendo desenvolvidos.

Com base nestas considerações a Universidade Federal da Bahia tomou a iniciativa de *estruturar um projeto institucional para a autoavaliação de todos os seus Programas de Pós-Graduação*. Tal projeto não implica em desestimular experiências prévias e disseminadas entre os seus programas, assim como não pretende ser um modelo único e homogêneo. Procura assegurar processos básicos de autoavaliação que podem ser complementados, enriquecido e ampliados por cada Programa, respeitando a suas cultura e tradição nesta área.

As linhas gerais da proposta institucional são apresentadas a seguir. Porém, *a proposta de projeto de autoavaliação não pode ser implementado até o momento, em 2020, em virtude*

¹ Criado através do Decreto nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

do momento atual de pandemia do Covid-19 que trouxe profundas alterações nas atividades cotidianas do programa, inclusive a suspensão do calendário acadêmico.

I.2 Projeto de Autoavaliação (PA): um roteiro para a construção do PA dos programas de pós-graduação da UFBA

O projeto de autoavaliação de cada programa deve-se estruturar-se a partir do seu planejamento estratégico que definiu, coletivamente, objetivos, diretrizes e planos de ação para que o programa concretize a sua missão dentro do padrão de qualidade desejado. Neste sentido, se pudermos definir o momento inicial do processo de autoavaliação, ele deve ser a etapa diagnóstica envolvida na elaboração do planejamento estratégico.

O GT constituído pela CAPES para estruturar a proposta de autoavaliação estabelece um conjunto de diretrizes e de questões norteadoras que devem ser consideradas, não só por serem expectativas da agência avaliadora externa, mas por efetivamente ajudarem os programas a definir o conjunto de práticas, instrumentos e reflexões envolvidas na sua autoavaliação.

A Figura 1 sintetiza as etapas e suas principais características como apresentadas no relatório do referido GT da CAPES. As cinco etapas, como se vê, mostram que o processo de avaliação deve cumprir uma missão importante no próprio programa, não sendo um exercício formal para prestar contas à agência avaliadora externa. Daí o destaque dado à etapa de USO dos resultados (sua disseminação e discussão junto a todos os integrantes do Programa). Outro aspecto importante é que o próprio processo deve ser alvo de uma avaliação (metaavaliação), no sentido de aprimora-lo continuamente.

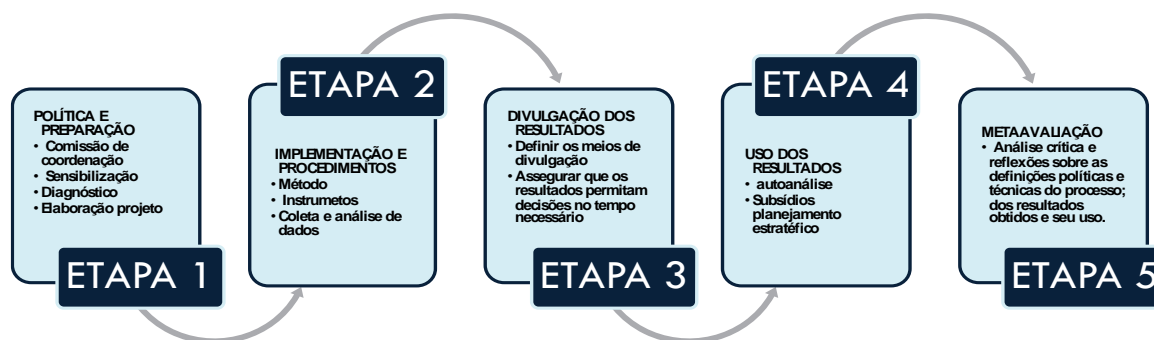


Figura1: Etapas do Processo de autoavaliação propostas pelo GT CAPES

Dois outros elementos fornecidos pelo referido relatório são importantes balizadores para a estruturação do nosso projeto de autoavaliação.

O Primeiro refere-se a questões norteadoras que poderão ser usadas pela CAPES para avaliar a qualidade do processo de autoavaliação dos programas. Tais questões indicam eixos que, de alguma forma, devem ser incorporados ao processo de cada programa, em instrumentos específicos.

A Figura 2 apresenta as questões sugeridas no referido documento.

- A seguir estão relacionadas algumas perguntas para nortear a CAPES na avaliação dos processos de autoavaliação adotados pelos Programas de pós-graduação.
- ✓ Quais os princípios adotados pelo Programa para sua autoavaliação?
 - ✓ Quais as metas do Programa a médio e longo prazos? A autoavaliação as considera?
 - ✓ Como o processo da autoavaliação se pauta e contribui para o planejamento estratégico do PPG a curto, médio e longo prazos?
 - ✓ Há articulação da autoavaliação do Programa com a avaliação da Instituição?
 - ✓ Como, do ponto de vista metodológico, a autoavaliação é desenvolvida?
 - ✓ Como são os mecanismos de envolvimento de técnicos, docentes e discentes?
 - ✓ Como o Programa avalia a aprendizagem do aluno?
 - ✓ Como o Programa avalia a formação continuada do professor?
 - ✓ Como o Programa avalia o desempenho do docente em sala e como orientador?
 - ✓ Como os resultados da autoavaliação contribuíram para melhorar seu Programa?

Figura 2: Questões propostas para a avaliação pela CAPES dos processos de autoavaliação dos Programas de PG.

A Figura 3 apresenta o conjunto de questões norteadoras que o referido documento sugere para os próprios Programas, estabelecendo, assim, algumas diretrizes sobre elementos que devem estar presentes nos seus projetos específicos.

- Sucesso do aluno**
- ✓ Quais os parâmetros de avaliação da qualidade para as teses e dissertações do Programa?
 - ✓ Como o Programa determina a aprendizagem do aluno?
 - ✓ Quais as razões da evasão discente?
- Sucesso do professor e dos técnicos**
- ✓ Há avaliação da qualidade da orientação?
 - ✓ Qual a política de capacitação docente e técnica do Programa? Ela é articulada com a Instituição?
 - ✓ Qual a definição da qualidade do ensino, considerando o professor em sala de aula?
 - ✓ Qual a definição da qualidade do apoio técnico?
- Sucesso do Programa de maneira global**
- ✓ Quais as ações de acompanhamento de egressos?
 - ✓ Há organicidade no Programa? O Programa está pulverizado em termos de pesquisa?
 - ✓ Como é avaliado o compromisso do Programa em relação à inclusão e à diversidade?
 - ✓ O Programa monitora o fluxo de formação?
 - ✓ O Programa monitora as taxas de conclusão e aprovação?
 - ✓ Há oferta de atividade extracurricular – e política de incentivo à participação acadêmico-científico dos alunos e professores?
 - ✓ Quais as políticas de inovação e seus resultados (amplo sentido)?
 - ✓ Quais as políticas de internacionalização e seus resultados?
 - ✓ Quais as políticas de inclusão social e seus resultados?

Figura 3: Questões norteadoras propostas para os Programas de Pós-Graduação

Postos esses referenciais do documento apresentado pela CAPES, a proposta institucional para o processo de autoavaliação dos Programas de Pós-Graduação da UFBA apoia-se em quatro pilares apresentados de forma visual na Figura 4. Tais pilares reportam-se, especialmente, às etapas 1 e 2 apresentadas anteriormente apresentando linhas gerais das decisões técnicas que devem estruturar o projeto de cada curso. Decisões mais específicas – especialmente referente a indicadores, estratégias metodológicas para conduzir as discussões ou mesmo para levantar dados complementares devem ser definidas pelo próprio Programa.



Figura 4: Descrição do processo de autoavaliação dos PPGs da UFBA

Elementos que detalham as cinco etapas propostas encontram-se no Anexo 2 do referido documento do GT de Autoavaliação. Tais elementos podem ser incorporados pelos Programas no seu projeto específico. É preciso, a exemplo do que ocorreu com o Planejamento Estratégico (PE), definir uma comissão que coordenará o processo de autoavaliação, podendo ser a mesma ou não que conduziu o PE.

A seguir os quatro pilares básicos que estruturam os elementos técnicos do projeto institucional da UFBA serão descritos e detalhados a seguir. Eles buscam conferir um padrão mínimo de estruturação, assegurando que todos os programas disponham de um conjunto básico de informações como base para a sua autoavaliação.

I.3 Processos formais e externos de avaliação

Como indicado para a elaboração do seu planejamento estratégico (Parte II a seguir) como ponto de partida para o seu autodiagnóstico, a apropriação, pelo grupo, dos resultados das avaliações externas é um requisito importante. Os relatórios das avaliações anteriores, quando existentes, pode ser um ponto de partida para identificar aspectos fortes e fracos do Programa, nas diferentes dimensões em que ele foi avaliado. O desempenho do Programa no quadriênio anterior é, portanto, ponto de partida para o estabelecimento de metas de melhorias que vão integrar o planejamento estratégico.

Na elaboração do planejamento estratégico orienta-se que o levantamento de pontos fortes e fracos ocorra por itens que integram os três quesitos da ficha de avaliação: Proposta de Programa, Formação e Impactos na Sociedade.

Como apresentado, também, o planejamento estratégico deve chegar ao ponto de propor um plano de ação, com metas anuais que definem as prioridades do programa para superar suas possíveis fragilidades. Esse plano de ação é a ferramenta básica para todo o processo de monitoramento do Programa ao longo do novo período de avaliação.

Para além do exame dos relatórios de avaliação do Programa, sugere-se que os Programas tenham acesso a relatórios de avaliação externas dos cursos de graduação com os quais mantém algum vínculo e dos quais recebem candidatos para os seus processos seletivos. Os relatórios dos INEP oferecem insumos importantes sobre o desempenho dos alunos no ENADE assim como da avaliação que os mesmos fazem do seu processo de formação. A consulta a esse material, quando pertinente, busca aprofundar a relação entre a pós-graduação e a graduação, ampliando os seus impactos recíprocos.

A indicação da análise do desempenho do Programa a partir das avaliações externas já disponíveis tem o objetivo de fazer com que os relatórios encaminhados pela CAPES sejam efetivamente mais utilizados como elementos no processo autoavaliativo.

I.4 Avaliação por discentes e egressos

As percepções dos discentes e dos egressos sobre o curso que realizam ou realizaram são insumos importantes para qualquer avaliação educacional. Neste sentido, a UFBA, através da sua Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional (SUPAD) e com o apoio da Superintendência de Tecnologia de Informação (STI) viabilizará, no sistema SIGA A, a coleta de dados avaliativos de alunos e egressos, disponibilizando-os a todos os programas dentro da periodicidade definida.

Enquanto a avaliação dos discentes volta-se para levantar informações sobre o seu processo de formação ao longo do curso, a avaliação dos egressos centra-se no impacto que o curso teve na sua carreira profissional.

A Figura 5 apresenta a estrutura dos diferentes instrumentos que serão usados para captar a avaliação dos discentes e egressos de todos os Programas da UFBA.



Figura 5: Características dos instrumentos para avaliação de discentes e egressos da Pós-Graduação

Os questionários de discentes e de egressos estão estruturados em um modelo geral abrangendo dimensões e elementos comuns a todos os cursos de PG. No entanto, sabemos das especificidades que cercam determinados cursos ou mesmo áreas de conhecimento/atuação, em termos de recursos de ensino, infraestrutura para pesquisa ou, até mesmo, resultados esperados dos seus alunos e egressos. Isto já se tornou evidente, por exemplo, para a área de Artes. Está em processo de discussão com a área de tecnologia a possibilidade de customizar os instrumentos, se não para cada curso, mas para cada área de conhecimento, de modo a que itens possam ser adicionados para atender a tais singularidades.

I.5 Indicadores de desempenho

Esse terceiro pilar do processo de autoavaliação inclui a construção de um processo de levantamento sistemático de dados de desempenho do programa (de alunos, de docentes, de produção) que permitam, naqueles aspectos considerados relevantes pela área do curso na Capes, monitorar, ao longo do quadriênio, o desempenho do Programa. Se tais indicadores

são mapeados anualmente, é possível detectar dificuldades e buscar saná-las ainda ao longo do quadriênio.

A título de sugestão, a Figura 6 apresenta uma lista não exaustiva de indicadores que podem ser adequados para cada Programa.

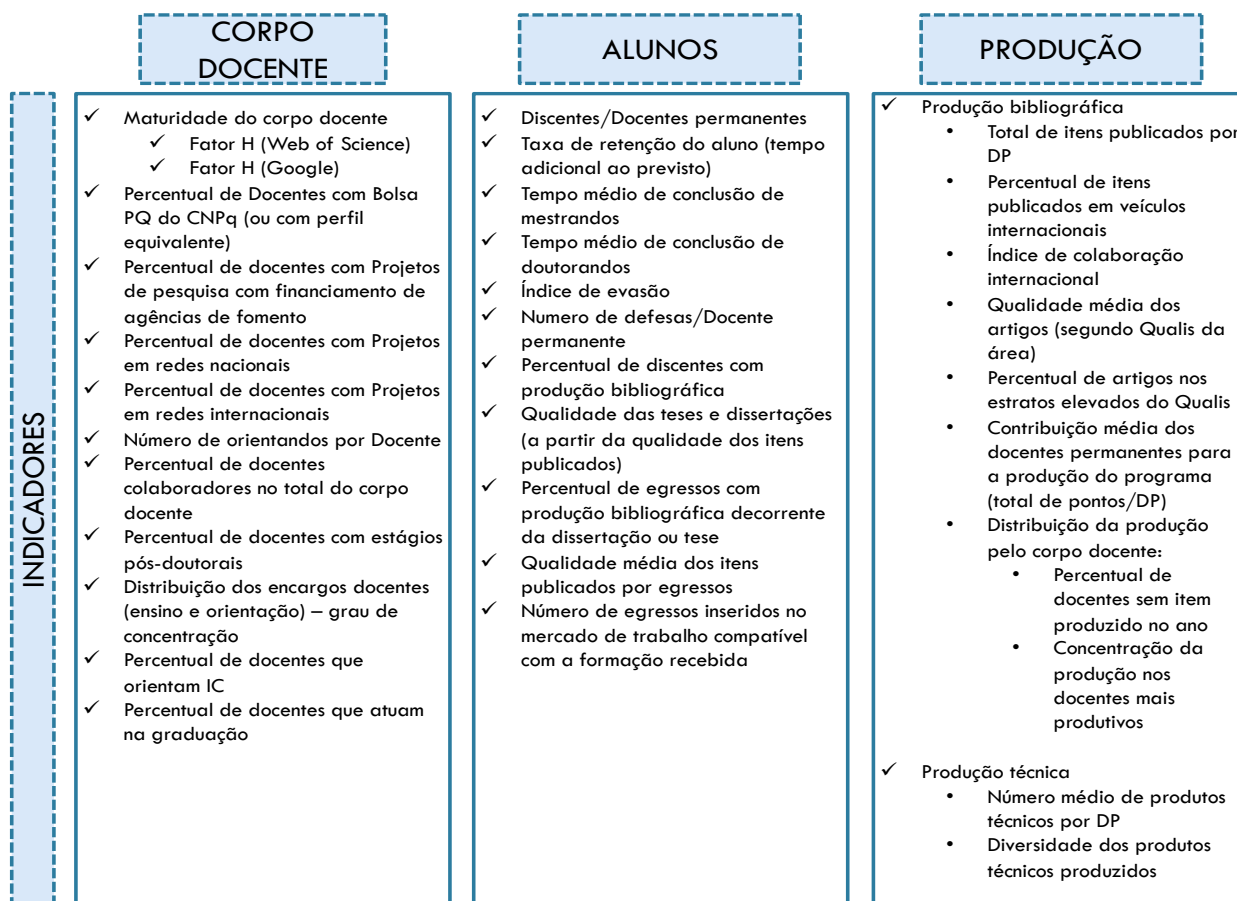


Figura 6: Lista de possíveis indicadores a serem monitorados pelos PPGs da UFBA.

Tais indicadores de natureza quantitativa não esgotam, certamente, o leque de indicadores utilizados pelas áreas, muitos dos quais são qualitativos e, portanto, dependentes da avaliação dos consultores.

Cada Programa, a partir dos indicadores utilizados por sua área de avaliação na Capes, deverá identificar os indicadores relevantes a serem monitorados. Há de ser um trabalho específico de cada Programa, pela diversidade de indicadores usados pelas diferentes áreas de avaliação. A partir da classificação dos itens produzidos, por exemplo, cada área desenvolve fórmulas próprias para avaliar a qualidade da produção bibliográfica de cada Programa.

A idéia, neste momento, não é reproduzir os índices utilizados por cada área para realizar esse monitoramento. Mas é a de acompanhar os dados mais brutos que servirão de base para o cálculo dos índices pelas comissões de Área.

Um outro conjunto de indicadores pode ser necessário para monitorar e avaliar as metas definidas pelo Programa no seu plano de ação, decorrente do seu planejamento estratégico. O mesmo se aplica para indicadores qualitativos referentes à proposta do curso e o seu impacto social. O quesito III – Impactos na sociedade, pela sua novidade é aquele que demandará mais trabalho para a construção de indicadores de tais impactos. Até o momento,

o impacto na sociedade em algumas áreas tem incluído o impacto das produções bibliográficas (referente ao primeiro item que se refere ao carácter inovador e impacto da produção bibliográfica). Os impactos sociais, constante do item 2, possivelmente envolvem elementos mais qualitativos e bem específicos de cada área, pela natureza diversa de ações, projetos ou programas de extensão, de transmissão de conhecimento ou tecnologias para a sociedade.

I.6 Avaliação pelos docentes, discentes e servidores

O conjunto de dados coletados e sistematizados nas etapas anteriores devem ser discutidos, socializados e debatidos pelo Programa. Só assim, os resultados podem se transformar em revisão dos planos de ação, definição de novas metas, definição de novos projetos.

Ao término de cada ano letivo, o Programa realizará um seminário de avaliação envolvendo docentes, alunos e servidores. Os resultados irão subsidiar o trabalho de preenchimento da Plataforma Sucupira por parte da Coordenação do Curso. A sistemática do seminário seria definida por cada Programa, considerando a sua cultura e história.

Seria recomendado que nesse seminário houvesse a participação de docentes externos (ao Programa e a UFBA) para que pudessem colaborar no sentido de ampliar o diagnóstico das dificuldades e avanços do Programa ao ano.

I.7 Autoavaliação do Programa de Pós-graduação de Filosofia

O Programa de Pós-Graduação de Filosofia não chegou a validar, coletivamente, o plano de ações decorrente do diagnóstico realizado em seminário ao final do ano de 2019.

Em relação ao seu projeto de autoavaliação, o Colegiado do PPGF operou com Comissão responsável pela avaliação e planejamento estratégico. O que é apresentado a seguir pode ser considerado um pré-projeto que ainda não foi discutido no Programa pelo conjunto dos seus integrantes. A previsão é que tal projeto fosse discutido em um seminário no início do período letivo de 2020, junto com a conclusão do planejamento estratégico (plano de ação). Essa ação não se tornou possível em função da pandemia do Covid-19 e a suspensão das atividades acadêmicas.

Vale ressaltar, no entanto, que o seminário realizado em dezembro de 2019 no qual foi discutido e formalizado o diagnóstico dos pontos fortes e fracos para o planejamento estratégico já cumpriu as atividades previstas para o primeiro pilar do projeto institucional de autoavaliação: naquele diagnóstico utilizou-se largamente as informações dos relatórios de avaliação externa pela Capes; resultados de avaliações realizadas em períodos anteriores no âmbito do próprio Programa. Nosso ideal era implementar as ações em 2020, mas, como afirmamos no início, a pandemia foi um grande obstáculo.

Com o retorno das atividades, pretende-se dar continuidade ao planejado, submetendo à discussão coletiva o pré-projeto aqui apresentado. Possivelmente o presente anteprojeto deverá incorporar definições mais específicas previstas no modelo institucional, especialmente no que se refere aos indicadores que serão utilizados para monitorar continuamente o desempenho do Programa como um todo, dos seus docentes e discentes.

I.7.1 Comissão Permanente de Autoavaliação (CPAPhil)

O relatório do grupo de trabalho da CAPES sobre orientações de processos de autoavaliação de programas de pós-graduação e publicado em 2019 informa sobre o redimensionamento do foco a ser dado na avaliação do órgão. Até então o sistema de avaliação da CAPES colocava o seu foco na análise dos resultados dos PPGs para então proceder à sua avaliação. A diretriz que passa a ser adotada é a de acompanhar os processos de autoavaliação dos PPGs, ou seja, analisar os critérios e procedimentos adotados pelo próprio programa para gerar insumos que orientem o seu autoaperfeiçoamento.

Depreende-se daí a valorização de processos de autoaprendizagem dos PPGs mediante dispositivos e mecanismos de automonitoramento, reunindo informações qualificadas para a tomada de decisão e de correção de rumos. Em respeito a essa diretriz e também ao Plano de Desenvolvimento Institucional da UFBA, o PPGF estruturou a proposta descrita a seguir.

O processo de autoavaliação continuada do PPGF, denominado de **CPAPhil**, tem como objetivo assegurar a qualidade da formação na pós-graduação em Filosofia: formação acadêmico-científica, produção do conhecimento e impacto social. A seguir serão apresentados detalhes sobre o processo de avaliação de cada dimensão, incluindo questões orientadoras das discussões necessárias a cada dimensão. A **CPAPhil** deveria iniciar seu trabalho no decorrer de 2020, porém, em virtude da pandemia, somente em 2021 ela passará a trabalhar efetivamente.

(a) Formação acadêmico-profissional

O PPGF tem um sério compromisso com a formação de futuros docentes que se mostrem aptos a atuarem com competência no ensino superior. o Programa de Pós-graduação em Filosofia deve: (i) proporcionar a atribuição do grau de Mestre e o de Doutor em Filosofia; (ii) desenvolver um trabalho sistemático de pesquisa em filosofia, tanto discente como docente; (iii) preservar e reforçar a natureza filosófica da pesquisa e do ensino ora desenvolvidos em seu âmbito; (iv) promover o intercâmbio com outros programas da UFBA; (v) promover e intensificar o intercâmbio com outros programas de pós-graduação em filosofia do país e no exterior; (vi) estimular a criação de Grupos de Trabalho, segundo a diretriz da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), reforçando padrões nacionais de qualidade e de avaliação da pesquisa; (vii) garantir projetos para a aquisição de obras completas clássicas e originais que porventura nos faltem, para a aquisição permanente de obras de autores contemporâneos e para a assinatura dos periódicos relevantes para as linhas de pesquisa do programa; (viii) aglutinar a pesquisa filosófica desenvolvida na UFBA, nas outras universidades do Estado da Bahia e da região e; (ix) desenvolver ações de cooperação acadêmica bilaterais com instituições estrangeiras.

No que se refere ao campo das atividades, são objetivos curriculares do Mestrado e do Doutorado: (i) realizar seminários permanentes de pesquisa, que conduzam à elaboração efetiva da Dissertação no prazo aproximado de 24/48 meses respectivamente; (ii) realizar um exame de qualificação, que deve garantir a qualidade do trabalho final - tal exame é compreendido como uma reunião de trabalho, com a participação exclusiva do candidato, do seu orientador e de mais dois professores do programa, sendo oportunamente realizado, a critério do orientador, nos termos do regimento do curso; (iii) realizar defesa pública da Dissertação e da Tese, com a qualidade desejada, no tempo aproximado de 24/48 meses respectivamente. Os trabalhos dos discentes devem estar capacitados não apenas para a

defesa pública, mas também para contribuir significativamente com o debate filosófico de alto nível (registre-se que dois trabalhos do PPGF foram agraciados com o prêmio da CAPES e ANPOF).

Torna-se importante, então, avaliar se a estrutura curricular e a qualidade das aulas ministradas no PPGF permitem que os estudantes de mestrado e doutorado consigam desenvolver repertórios que os habilitem a atender a este objetivo de formação. No Quadro 1 a seguir apresentam-se detalhes sobre os aspectos que serão considerados na avaliação desta dimensão, técnicas de coleta de dados e atores envolvidos. Certamente que poderiam ser abordados outros aspectos, mas tendo em vista que o **CPAPhil** é uma proposta piloto procurou-se eleger aqueles que possuem um papel chave quando da concepção do programa. Oportunamente outros aspectos poderão ser acrescentados após esta implantação.

ASPECTOS AVALIADOS	FOCO ESPECÍFICO	ESTRATÉGIAS DE COLETA INFORMAÇÕES E ATORES ENVOLVIDOS	PERIODICIDADE E RESPONSABILIDADE
Estrutura curricular e Metodologia de ensino	Oferta de disciplinas: número e qualidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grupo focal composto por representantes de alunos e docentes do curso de mestrado ▪ Grupo focal composto por representantes de alunos e docentes do curso de doutorado ▪ Dados obtidos nos questionários de discentes e egressos (disponibilizado no Sistema SIGAA) 	<p>Anual</p> <p>Coordenação</p> <p>Representantes de Linhas de Pesquisa</p>
	Carga horária das disciplinas		
	Estratégias pedagógicas docentes		
Sistema de avaliação processual e formação em pesquisa	Seminários de Pesquisa I, II e III Exame de qualificação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grupo focal com participantes (alunos e docentes) Seminário de Pesquisa I, II e III ▪ Grupo focal com mestrandos, doutorandos e docentes da qualificação ▪ Dados obtidos nos questionários de discentes e egressos (disponibilizado no Sistema SIGAA) 	<p>Anual</p> <p>Comissão responsável pelos seminários e qualificação</p>
Formação docente	Estágio docente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grupo focal com alunos da atividade ▪ Dados obtidos nos questionários de discentes e egressos (disponibilizado no Sistema SIGAA) 	<p>Anual</p> <p>Docente responsável pela atividade</p>

A estrutura curricular é a espinha dorsal do PPGF. É preciso ter clareza se as disciplinas e as cargas horárias previstas para cada uma delas mostram-se suficientes para oferecer domínio conceitual aos pós-graduandos nas respectivas áreas e linhas de pesquisa a que se vinculam. Será que as estratégias pedagógicas utilizadas pelos docentes conseguem potencializar o aprendizado do estudante para fins de aplicação no exercício de sua docência? O sistema de avaliação de aprendizagem das disciplinas e do andamento do projeto de

pesquisa estariam gerando insumos para o estudante identificar seus pontos fortes e fracos e assim orientar o seu autoaperfeiçoamento como estudante autônomo? Presume-se que o estudante de pós-graduação seja autônomo intelectualmente, quando comparado ao estudante de ensino médio e de graduação, estando mais apto a se engajar em um processo ativo de aprendizagem. Além disso, é preciso também saber se a experiência de estágio docente está ajudando no processo de inovação pedagógica e oferecendo modelos de estratégias alternativas para motivar e engajar o estudante universitário em sua aprendizagem, hoje um grande desafio no ensino superior.

Há um conjunto de atividades importantes para a formação de um pesquisador que envolvem processos de socialização informal. Muitas vezes eles não se mostram formalmente estabelecidos, dependendo da iniciativa do estudante no processo de busca da aprendizagem contínua e também das oportunidades que colegas e o orientador proporcionam.

Sendo assim, destaca-se a importância de se conhecer melhor como os estudantes se engajam em processos de socialização e aprendizagem formais e informais durante a sua formação. Uma pergunta se faz necessária: que seria mais benéfico para a formação do futuro pesquisador? Podemos aventar duas opções: a) a criação de espaços formais como os grupos de pesquisa, que oportunizam maior compartilhamento de experiências e projetos entre os estudantes de pós-graduação sob a coordenação do orientador, e b) a criação de espaços físicos de compartilhamento para que os estudantes possam trocar experiências com os demais não pertencentes ao grupo de pesquisa de origem. Mas será que necessariamente elas se opõem? Não poderiam ser complementares? A vida universitária cada vez se mostra como um empreendimento coletivo e os PPGs ainda que enfrentem cada vez mais dificuldade de os estudantes permanecerem dedicados integralmente às suas atividades, precisa criar espaços de convivência para que a troca ocorra.

A redação acadêmica, no entanto, requer outros tipos de habilidades. Não é suficiente dominar normas e regras. Pode-se dominar regras, mas sem treino específico, dificilmente a qualidade da redação se aperfeiçoa. Isso envolve feedbacks contínuos de leitores, orientadores, avaliadores e colegas. A questão a responder é o quanto é viável incorporar este tipo de treino em um espectro de formação de 24 meses no nível do mestrado para cumprir disciplinas, elaborar projeto de pesquisa, desenvolvê-lo, para enfim redigir os resultados? Que estratégias podem ser adotadas para potencializar este tipo de treino durante este relativo tempo? Se o estudante de mestrado se envolve apenas com o seu projeto, quais as chances de aperfeiçoar o seu treino como pesquisador e futuro docente?

Os dados obtidos pelos questionários dos alunos permitirão tratar dos demais aspectos e dimensões do processo formativo, com elementos mais específicos considerados por alunos e egressos como pontos que requerem aperfeiçoamentos.

(b) Produção bibliográfica e técnica

A geração de novos conhecimentos exige o desenvolvimento de duas competências. A primeira é a teórico-metodológica, que se refere à capacidade de extrair do conhecimento acumulado questões e hipóteses de pesquisa relevantes para o avanço científico em determinado campo do saber. Faz parte dessa mesma competência a capacidade de eleger as melhores estratégias e procedimentos de coleta, tratamento e análise de dados para responder ao teste empírico das questões e hipóteses de pesquisa.

A segunda competência envolve a capacidade de o estudante de pós-graduação organizar o conhecimento produzido em uma forma textual, cuja forma e conteúdo atendam aos critérios de publicação científica na área. O quadro a seguir apresenta em detalhes os

aspectos a serem contemplados na avaliação desta dimensão, técnicas a serem utilizadas e os atores envolvidos.

ASPECTOS AVALIADOS	FOCO ESPECÍFICO	ESTRATÉGIAS	PARTICIPANTES/ RESPONSÁVEIS E PERIODICIDADE
Produção Docente	Qualidade da produção bibliográfica Contribuição média de docentes para o desempenho do Programa Atendimento critérios credenciamento do Programa Atendimento critérios esperados pela Coordenação de Área Produtos mais significativos por docente	Discussão dos dados coletados e dos indicadores calculados	Anual Coordenação Representantes de Linhas de Pesquisa
Produção discente	Qualidade da produção bibliográfica Coautorias	Discussão dos dados coletados e dos indicadores calculados	Anual Coordenação Representantes de Linhas de Pesquisa
Produção de egressos	Atendimento da expectativa de produção de itens decorrentes do trabalho final. Qualidade da produção bibliográfica	Discussão dos dados coletados e dos indicadores calculados	Anual Coordenação Representantes de Linhas de Pesquisa
Produtos técnicos	Volume da produção técnica e sua pertinência às linhas de pesquisa Qualidade dos itens produzidos	Discussão dos dados coletados e dos indicadores calculados	Anual Coordenação Representantes de Linhas de Pesquisa

Conquanto exista uma mudança no processo de avaliação da CAPES que minimiza o excessivo papel que a produção bibliográfica desempenhou nas avaliações anteriores dos programas, a produção bibliográfica continua sendo um produto indispensável a um programa de pós-graduação e a sua qualidade passa a ter um papel mais destacado no processo de avaliação.

A partir dos dados sistematizados de produção – de docentes, discentes e egressos – busca-se discutir: em que medida tal produção é consistente com as linhas de pesquisa do Programa? Em que medida a produção é bem distribuída no grupo de docentes, não havendo excessiva concentração em alguns docentes? Qual a qualidade da produção bibliográfica, especialmente dos artigos produzidos? Ela atende as expectativas de desempenho de um programa nota 6 na área? Qual o grau de internacionalização da produção bibliográfica? Os discentes estão engajados na sua maioria na produção, especialmente os alunos de

doutorado? As dissertações e teses têm gerado itens publicados em bons veículos? Qual a qualidade da produção dos egressos? Como se revela a produção dos recém ingressos no Programa? O que pode ser feito de modo a que jovens doutores e recém ingressos no programa possam consolidar seus grupos de pesquisa e a sua produção bibliográfica?

(c) Impacto social

A terceira e última dimensão da **CPAPhil** se refere três aspectos: efetividade para formar professores qualificados para o ensino superior, capacidade de produzir conhecimento acessível ao público não especialista e também desenvolver projetos de pesquisa e intervenção em parceria com a comunidade, cumprindo a função social de uma universidade pública. Novas competências são, portanto, requeridas. A que gostaríamos de ressaltar nesta seção é a da flexibilidade para adequar o repertório adquirido a contextos diferenciados, usando técnicas e linguagem pertinentes a tais contextos. Requer ainda capacidade de analisar a situação local, recuperar o repertório adquirido e adequá-lo ao público-alvo para enfim alcançar os objetivos pretendidos.

ASPECTOS A SEREM AVALIADOS	FOÇO ESPECÍFICO	ESTRATÉGIAS/ PARTICIPANTES	RESPONSÁVEIS/ PERIODICIDADE
Transferência de conhecimento	Produção de material de difusão acadêmica; Produção de material digital de elevada qualidade acadêmica para o público não acadêmico; Oferta de cursos e produtos para a comunidade; Projetos permanentes de pesquisa associados a prestação de serviços	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Banco de dados com as informações do programa ▪ Dados Sucupira 	<p>Anual</p> <p>Coordenação Representantes de Linhas de Pesquisa</p>
Formação de redes sociais e interorganizacionais	Projetos de pesquisa em parceria; Projetos de intervenção que envolvam comunidades e entornos; Parcerias com outras entidades e órgãos públicos e privados; Internacionalização do Programa (produção, institucionalização)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dados Sucupira ▪ Banco de dados do programa 	<p>Anual</p> <p>Coordenação Representantes de Linhas de Pesquisa</p>
Visibilidade	Alcance das ações do Programa Presença do Programa nas redes sociais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dados Sucupira ▪ Banco de dados do programa 	<p>Anual</p> <p>Coordenação Representantes de Linhas de Pesquisa</p>
Inserção e atuação do egresso	Inserção do egresso no mercado de trabalho e papéis desempenhado Impactos no sistema educacional do Ensino Médio e Superior	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dados da pesquisa de egressos 	<p>Anual</p> <p>Coordenação Representantes de Linhas de Pesquisa</p>

Avaliar a efetividade de um PPG não é tarefa fácil, considerando que a visibilidade de resultados tarda um pouco a aparecer. Assim, avaliar a presença do Programa nas redes sociais se torna importante pelo que elas potencializam a difusão de conhecimentos e amplia o espaço de debates sobre a contribuição da Filosofia para a sociedade.

A transferência de conhecimento, outro aspecto a ser considerado, pode ser avaliada sobretudo pelos programas permanentes que articulam pesquisa e intervenção, contribuindo para solução de problemas em grupos sociais ou comunidades específicas.

A formação de redes e parcerias interorganizacionais, por outro lado ajudam a avaliar as articulações construídas pelo Programa que potencializam a concretização de seus objetivos e o impacto dos resultados de suas pesquisas, assim como a transferência de conhecimentos e tecnologias para setores específicos. A construção de redes de parcerias será útil para buscar indicadores de institucionalização do processo de internacionalização do Programa.

Torna-se obrigatório incluir egressos nesta avaliação, pois informações de onde eles estão inseridos, o que fazem e o que conquistaram profissionalmente ajudam a avaliar o que direta ou indiretamente a formação no PPGF contribuiu para este desfecho.

(d) Procedimentos: formas de operacionalização da **CPAPhil**

Durante este primeiro semestre de 2020 será constituída a **CPAPhil** com representantes docentes e discentes das linhas de pesquisa do PPGF, egressos de diferentes linhas de pesquisa que estejam atuando profissionalmente como docentes pesquisadores e servidores técnico-administrativos. Uma vez constituída a comissão serão analisados os termos desta proposta, as dimensões e os aspectos previstos para serem avaliados.

A comissão se encarregará de sistematizar os dados gerados pelos levantamentos do programa e pelas pesquisas institucionais com discentes e egressos, assim como ficará responsável por conduzir os grupos focais, conforme a disponibilidade.

Os insumos gerados serão analisados pela própria **CPAPhil** que ficará encarregada de propor ações de melhorias dividindo-as em ações imediatas (de fácil aplicação), ações de médio prazo e ações de longo prazo. Somente as ações imediatas poderiam ser colocadas em prática no semestre subsequente